

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 10 de março de 1993

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Com. Brasil Diretrizes mais bem definidas

A forma intempestiva com que foi exonerado o ex-ministro da Fazenda, Paulo Haddad, proporcionou uma rara oportunidade no regime presidencialista brasileiro: a sabatina pelo Senado de seu sucessor na pasta, praticamente antes de iniciar sua gestão. A convocação do titular da Fazenda para prestar depoimento no Senado ou na Câmara não é inusitada, mas, desta vez, foi diferente. O ministro Eliseu Resende compareceu à Câmara Alta sem ter ao menos constituído a sua equipe e enfrentando um bombardeio político em torno de sua própria indicação.

Outra circunstância tornou ainda mais significativos os debates travados ontem no Senado. Gerou grande expectativa no mercado nos últimos dias a divulgação pela imprensa de um plano de estabilização econômica que estaria em estudo no Ministério da Fazenda e que previa a prefixação de preços e salários, confisco de uma parte dos recursos aplicados em títulos da dívida interna a privatizações a toque de caixa. Haddad negou, enfaticamente, que o trabalho, elaborado em dezembro, estivesse em cogitação.

O pronunciamento do ministro Eliseu Re-

sende teve, pois, o sentido de recolocar as coisas nos lugares, afastando especulações sobre a orientação da política econômica. Em sua exposição no Senado, o ministro descartou qualquer medida compulsória que implique quebra de contratos, o símbolo de todos os programas heterodoxos. O governo também reafirmou o compromisso de, ao lado de um combate mais eficaz à inflação, promover a retomada do desenvolvimento, mantendo a política de abertura comercial e acelerando o processo de privatização.

As formulações dos quinze itens em que se decompõe o programa são genéricas, mas algumas colocações chamam particularmente a atenção. A primeira delas é a questão dos juros. O novo ministro disse que o governo não permitirá juros negativos, mas, ao mesmo tempo, ressalva que as taxas não serão "excessivamente elevadas".

Aí está um desafio para o novo presidente do Banco Central, Paulo César Ximenes, cuja

indicação foi ontem oficialmente confirmada. A Ximenes não podem ser feitas restrições quanto à competência ou à experiência administrativa. Economista, funcionário de carreira do BC e ex-secretário-geral do Ministério da Fazenda, é reconhecidamente capacitado. O que fará exatamente, em coordenação com o ministro Eliseu Resende, para baixar os juros, é ainda uma incógnita. Dada a insistência do presidente da República nesse ponto, alguma coisa terá de ser feita a curto prazo, não estando excluída a hipótese de que sejam adotados alguns dos esquemas que vinham sendo estudados para alongamento do perfil da dívida mobiliária da União.

Isso não chega, porém, a inquietar o mercado financeiro, que já se vinha preparando para alguma medida nessa direção. Quanto ao câmbio, o ministro da Fazenda comprometeu-se a mantê-lo alinhado com as metas de exportação, o que também era esperado, assim como o respeito aos compromissos as-

sumidos com relação à dívida externa. Duvidosa é a postura do governo diante das tarifas públicas. "Reajustes neutros" com relação à inflação, levando em conta a produtividade das estatais, levantam muitas indagações.

O certo é que as autoridades contam com a aprovação definitiva do IPMF para ajudar a combater a inflação, embora o tributo deva ter efeitos inflacionários em um primeiro momento. Comprometendo-se o governo a adequar os gastos públicos à arrecadação e apresentando o Tesouro um déficit substancial, o IPMF é um "tapa-buracos" da maior importância, no dizer do ministro.

Afora alguns pontos em que o atual governo firmou posições bem discerníveis, nota-se que o programa esboçado, em uma visão de conjunto, é de feitio liberal-conservador e, como tal, deverá ser bem aceito pelo mercado. O teste da confiança será a sua colocação em prática e a grande vantagem do ministro Eliseu Resende é a sua aparente sintonização com o pensamento do presidente da República. O FMI certamente dirá que o Brasil não possui ainda um plano de estabilização formulado com rigor técnico, mas temos, pelo menos, diretrizes mais bem definidas.